



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

BRUNO MONTEIRO

O SENSO COMUM DA FÁBRICA.

**NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS
ORDINÁRIAS DO ENTENDIMENTO OFICIAL**

**Abril de 2008
Oficina nº 304**

Bruno Monteiro

**O senso comum da fábrica.
Notas etnográficas sobre algumas categorias ordinárias
do entendimento oficial**

**Oficina do CES n.º 304
Abril de 2008**

OFICINA DO CES
Publicação seriada do
Centro de Estudos Sociais
Praça D. Dinis
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:
Apartado 3087
3001-401 COIMBRA

Bruno Monteiro*
Sociólogo.

O senso comum da fábrica.
Notas etnográficas sobre algumas categorias ordinárias do entendimento oficial

Resumo: As categorias do entendimento oficial são devedoras de uma economia moral e sensual específica, parcialmente unificada na experiência da fábrica, e representam formas sociais de objectivação dos princípios de visão e divisão difundidos pelo grupo operário. Na forma de conhecimento tácito que organiza a percepção e a apreciação e estrutura as práticas dos operários, elas constituem-se na própria espessura quotidiana das condições objectivas de existência e é nelas que repousam, em boa parte, as lutas pela apropriação simbólica do espaço de trabalho. A observação participante numa fábrica de mobiliário permitiu revelar como as práticas e representações aparentemente mais mesquinhas, bárbaras e derrisórias dos trabalhadores estão imbuídas e são produtoras de significado socialmente relevante para a compreensão da condição operária.

Aprender a arte envolve todo um trabalho de conversão e adesão insensível ao senso comum da fábrica. A fábrica reforça as similitudes objectivas anteriores e exteriores à sua vivência pelos operários, concertando as trajectórias biográficas dos que partilham dessa história comum e inscrevendo-lhes na carne e nos ossos esquemas de percepção, de pensamento e de acção onde se percebem “semelhanças familiares”. Compreender a génese e a manutenção das categorias ordinárias do entendimento oficial implica compreender a forma de vida específica que a fábrica suporta e esses “esquemas de percepção, de apreciação e de acção que são adquiridos pela prática e postos em acção em estado prático, sem aceder à representação explícita, funcionando como operadores práticos através dos quais as estruturas objectivas de que eles são o produto tendem a reproduzir-se nas práticas” (Bourdieu e Saint-Martin, 1975: 68).

* O presente artigo teve por base uma conferência realizada no dia 31 de Janeiro de 2008 no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Apesar de modesta, esta é a homenagem aos homens que, durante mais de 3 meses, tudo fizeram para que eu conseguisse “aprender a arte”: Bruno (Campos), Sr. Rocha, Fábio, Ulisses, Sr. Manuel (Neca), Joaquim (Leão), Pedro (Tadocas), Sr. Miguel Carneiro, Zeferino, Quim (da Expedição), Toni, Adão, Sr. Miguel, Sr. José e todo o restante pessoal da “casa”. A publicação deste texto deve-se ao entusiasmo do Prof. Elísio Estanque.

Este idioma do trabalho compõe-se de um vocabulário comum que aproxima os membros de um grupo de trabalhadores na devoção a um ideal mas, sobretudo, pela partilha de uma “experiência vivida da vida quotidiana” (Sewell, 1982: 58). Os sistemas de classificação aplicados pelos operários para conferir uma forma inteligível ao mundo oficial constituem formas sociais de objectivação dos princípios de visão e de divisão difundidos pelo grupo e retraduzem, como uma espécie de “epistemologia espontânea” (cf. Corcuff, 1991) e eficaz do espaço fabril, as relações objectivas que estruturam esse universo social. As classificações, não excluindo aquelas que são características do ofício e do grupo operário, são “sistemas de noções hierarquizadas” cuja génese e funcionamento devem ser procurados nos quadros de uma organização social e de uma determinada “sensibilidade social” (Durkheim e Mauss, 2002: 45-46). Este “acordo entre o senso prático e o senso objectivado” tem como efeito fundamental “a produção de um mundo de senso comum” que “assegura o consenso sobre o sentido das práticas e do mundo” (Bourdieu, 1980: 73-74). Se “aquilo que os homens aceitam como justificação revela como pensam e como vivem” (Wittgenstein, 1987: 370), há que atender ao “contexto de uma maneira de agir” no qual vivem “como em simbiose” em vez de procurar “imaginar” ou “inventar” explicações cuja profundidade residiria principalmente na própria hipótese (Wittgenstein, 2002: 23, 30).

O que o presente artigo pretende investigar é “a actividade humana real de indivíduos (...) que sofrem, sentem, pensam e agem como homens” (Marx e Engels, 1975: 231). Na base da observação participante realizada durante 14 semanas numa fábrica de mobiliário e de entrevistas aprofundadas conduzidas a diversos operários de Rebordosa (Paredes), procura-se compreender essa “economia corporal, material e simbólica” (Wacquant, 2002: 22) do trabalho fabril e revelar como as práticas aparentemente mais mesquinhas, bárbaras e derrisórias dos operários estão imbuídas e são produtoras de “significado situado” (cf. Katz, 1988). A investigação das condições políticas e sociais dos “dramas” pessoais e colectivos dos operários (e da “classe operária” como objecto e sujeito de representação) é “indissociável de uma análise das condições concretas de trabalho e de existência na oficina e fora da oficina” (Pialoux, 1984a: 90). Dessa forma, “com os pés assentes no chão *real* da história” (Marx e Engels, 1982: 32), nas condições objectivas que organizam a experiência social dos operários, o que se pretende é explicar como o conhecimento prático quotidianamente re-criado pelos operários envolve uma “operação prática de construção que coloca em

acção, por referência a funções práticas, sistemas de classificação (taxinomias) que organizam a percepção e a apreciação e estruturam a prática” (Bourdieu e Saint-Martin, 1975: 68). O recurso sistemático a palavras como “jeito”, “pranta” e “gosto” ou a luta pela afirmação e preservação de um universo hierarquizado de virtudes viris e virtuosas, não é despidendo, nem insignificante no ambiente fabril. Aí repousa, em parte, o trabalho de objectivação do grupo operário e as lutas pela apropriação simbólica do local e do tempo de trabalho.

A economia moral e sensual da experiência operária. Virilidade e afrontamento no chão da fábrica

A experiência fabril, tal como é concretamente partilhada e praticada, infunde uma expressividade masculina que, assente no fundamental sobre a capacidade de trabalho e os atributos corporais, circunscreve o estilo e significado das práticas de associação e de confrontação levadas a cabo na fábrica. Também aqui, a “masculinidade hegemónica” define-se por essa trindade teleológica do “sangue”, do “sémen” e do “suor” (cf. Almeida, 1995). Enquanto esquema de percepção e de classificação social, ela reinterpreta parcialmente a experiência fabril como um rito de instituição e repetidos exercícios de confirmação. Todo um vernáculo profundamente sexualizado é usado para definir o trabalho “de homem”, redimindo em termos de sacrifício e de valorização pessoal as suas características por vezes brutais, e para unificar a comunidade daqueles que se submetem às injunções viris.

Os homens associam-se a coisas “quentes” e “duras” porque são elas as coisas virtuosas e apropriadas. É o caso das bebidas alcoólicas, do trabalho esforçado e do sexo. Estes são autênticas próteses e signos da masculinidade. Por isso, proibir a sua exibição é realizar uma amputação; abdicar de as usar é realizar uma quase-mutilação. Isto distingue os homens, separando-os dos “cachopos”, dos “pateleiros” e das mulheres. Assinala-os, com um “ícone” que exibem, e afirma uma condição que parece ultrapassar outras diferenças aparentemente mais imediatas, como as de poder. Constituem um “índice” pelo qual são avaliadas as suas qualidades simultaneamente morais e corporais. Tornam-se um “símbolo” que aponta o sentido das suas palavras e dos seus gestos (cf. a conceptualização tripartida do signo em Peirce, 2003: 74).

O homem “impõe-se”, “diz o que tem a dizer”, merece “respeito” e “não é para ser gozado”. A suposta incapacidade de corresponder a este código forte, adoptando maneiras de falar, de fazer ou de ser que são “apaneiradas” ou “conices”, é recriminada com escárnio. O ridículo organizado assegura a manutenção do sistema de oposições usado para distinguir o valor atribuído ao trabalho, à obra e aos homens. As recriminações mútuas, na forma de “piadas”, “bufas” ou outras formas de escárnio, repõem o respeito e o distanciamento entre operários – com a indignidade como homem, como artista ou como camarada a cair sobre os “cobardolas”, os “sapateiros” e os “chibos”. O trabalho “de homem” é ingénito ao seu ser, é uma propriedade visceral como a fome ou o sexo, podendo ter-se apetite de comida, de mulheres e do trabalho. Como “apetite”, é volátil (“tou sem apetites”) e é possível ter “nojo” ou “estar enjoado” dele (nomeadamente quando considerado adulterado ou demasiado).

A virtuosidade reúne sempre esse duplo significado: o de perícia artística e o de elevação moral (de *vir*, “o que é do homem”). Ao mesmo tempo que fornece o fundamento para algumas das práticas culturais de oposição ou de revelação na fábrica (resistência à autoridade, controlo através do grupo, linguagem e humor intimidatório, realce da prática e desvalorização da teoria), acaba por reconfigurar o trabalho fabril e a sua dureza na “lógica masculina” e não na “lógica da exploração” (Willis, 1979: 196-197). Por um lado, patrocina-se um sentimento de pertença colectiva que cimenta o grupo informal, abrindo um espaço onde as estratégias para disputar o controlo do espaço simbólico e real à autoridade oficial são geradas e disseminadas e marcando uma espécie de “limite da despossessão” (*ibid.*: 189). Por outro lado, convertem-se oposições centradas na esfera da produção em questões a serem resolvidas “de homem para homem”, convertendo-as em termos de reputação na confraria masculina.

Juntamente com o valor conferido à “palavra” – que é um “selo” – compõem um ideal de frontalidade que sustenta o estabelecimento de acordos contratuais “de boca” ou “apalavrados” e promovem a resolução “de homem para homem” e “na cara” de disputas centradas no salário, no horário de trabalho e nas tarefas realizadas. As “armadilhas da honra” (cf. Sigaud, 2004) contribuem, aqui, para dissuadir o recurso a procedimentos mais formalizados de resolução de conflitos (“prefiro ser eu a falar”, “não quero que se metam nisto, isto é só entre mim e ele”) e inibem a concertação colectiva organizada (“cada um sabe de si”, “quando tenho algum problema, prefiro ser eu a resolvê-lo”).

A acusação mais insistentemente dirigida ao gerente da empresa era a de “não ser homem” e, naturalmente, “não valer nada”. Nesse insulto hiperbolizado, à virulência alia-se a ironia e a reivindicação de dignidade. O insulto pessoalizado e de tom moralizante – “é arrogante”, “só sabe berrar”, “não tem cultura nenhum, não sabe falar” – versa, no fundamental, sobre a menorização explícita dos trabalhadores que o gerente ou as chefias directas supostamente repetem (“ele pensa que somos burros”, “não sabe ter uma palavra c’um gajo”). A denúncia e a condenação da exploração referem sobretudo o “passar das marcas”, essa violação de um limite tácito nas relações entre trabalhadores e patrões que permanece numa memória colectiva ainda profundamente marcada por práticas paternalistas. Aqui, contempla-se a manutenção de uma distância convencional – “não andar a cheirar o cu ao patrão”, nem a “correr atrás” dele – e um certa sensatez ou tolerância associada ao constrangimento produtivo, que deve surgir eufemizado ou compensado, garantindo aos trabalhadores “ter as costas guardadas”, e assegurando práticas redistributivas, mesmo que simples “graças”. Patrões que “só pensem em andar a correr” são “inocentes” ou “chulos”.

A virilidade surge como “tema”, quer dizer, como “eixo de condensação de significado” (Mukarovsky, 1997: 79) que actua como reserva de justificações, no caso excepcional delas se imporem, mas sobretudo de injustificações. O sobre-investimento no “capital guerreiro” (cf. Sauvadet, 2006) acaba por resultar de um realismo que o mostra simultaneamente como espaço de investimentos e reserva de recursos éticos e identitários que resta a quem pouco mais tem. A importância da virtuosidade é tanto maior quanto permanece relevante a modalidade de acesso ao emprego por via da “fama”, parcialmente indexada à qualidade de “artista” (ou de “sapateiro” como capital simbólico negativo) e a “favores” que se apoiam em boa medida na “economia oculta da família” (cf. Goody, 1995). Nas fábricas, ainda é a rede de interconhecimentos baseada na família extensa quem “mete lá dentro” os novos empregados. Por isso, se pode ser “filho da casa”. E também por isso, pode o patrão ser “padrinho”: “Ele é que paga, ele é que é o padrinho.”

O pecado capital dos novos métodos de organização do trabalho é aparentemente o de transtornarem essas maneiras de estar e de fazer, como aquando das constantes pressões para se manterem ritmos acelerados e jornadas de trabalho longas ou, como no fim do mês de Fevereiro, por ocasião do adiamento no pagamento: “Agora perderam a vergonha, vai ser sempre a foder um homem. É como as putas, depois da primeira vez

não querem mais saber. Eles [os patrões] é igual, querem lá saber se um empregado precisa ou não precisa, querem lá saber da vida de um empregado.” Censura-se a aparente prioridade dada pela empresa a questões como a “qualidade” e a “certificação”; são “ vaidades”: “é a vaidade do gajo que não toma banho mas usa roupa nova.”

O incremento da insegurança objectiva, induzido pela introdução de contratos a termo, pelo intensificar do trabalho e pela degradação relativa das remunerações – todas elas, segundo o pessoal, advenientes de um novo estilo de gestão introduzido pelo actual gerente (e que já terá afastado alguns funcionários) – não deixou de afectar o convívio e o sentimento de segurança e de fazer insinuar a desagregação do colectivo operário. Os patrões “aproveitam-se das pessoas” porque “perderam a vergonha” ou “são ganantes” (e “o dinheiro subiu-lhes à cabeça”). Diz-se que os patrões cada vez mais pressionam na procura de economias de tempo e de dinheiro na obra. ““Sabes o que é? [diz Madalena, trabalhadora do sector de acabamentos numa outra empresa e esposa de Jonas, ao mesmo tempo que fricciona dois dedos como se dissesse dinheiro] As pessoas precisam deles [dos patrões]. Sabes qual é o problema [i.e. a vantagem] dos patrões? Foi apanharem os empregados a terem que pagar, no fim do mês, as casas, os carros, as contas do mês. Foi o dinheiro que se tem que dar aos bancos.” E conclui: “Mas eles também precisam, não é?” [esboça um sorriso pouco seguro]” (diário de campo, 21 de Março de 2007). A suposta degradação do “ambiente” de trabalho é que leva a que se esteja a trabalhar “de cu virado pá porta” e a que “o pessoal não dê confiança” a ninguém.

Na fábrica, o homem “faz-se (verdadeiramente) homem”, “bota corpo” (“ganha calo”, “dureza”), “aprende o que é a vida”, torna-se – desejavelmente – num “artista” com “gosto” e “jeito”. A fábrica “faz bem”. A instituição aqui consiste em “atribuir propriedades de natureza social de maneira a aparecerem como propriedades de natureza natural” (Bourdieu, 1998: 130). A necessidade económica e o fracasso escolar (que constituem situações generalizadas e de modo nenhum excepções) transmutam-se, nesta operação de “magia social”, no cumprimento de um destino ou de uma vocação. A investidura

exerce uma eficácia simbólica perfeitamente real ao transformar a representação que dela fazem os outros agentes e, sobretudo, os comportamentos que adoptam em relação a ela (sendo a mudança mais visível o facto de serem dados títulos de respeito e o respeito realmente associado a essa enunciação); e, depois, porque transforma simultaneamente a representação que a pessoa investida faz de si própria e os comportamentos que julga dever adoptar para se conformar com esta representação. (*ibidem*: 129)

A interiorização deste senso do ser, que é ainda um dever-de-ser, é que possibilita aos agentes reverem-se na realidade, reconhecerem-na como realização definitiva, natural. Satisfaz as pretensões de normalidade de uma realidade, pretensões que são fruto de uma educação e uma aprendizagem nessa mesma realidade.

Gera-se um sentido dos limites e um horizonte de relevância que se coadunam com a causalidade do provável objectivamente inscrita na posição social ocupada no pólo dominado da distribuição de recursos. A “descrença” precisa para surgir de razões que coloquem dúvidas sobre essa ordem das coisas que nos mostra que estamos no “nosso sítio” e ficamos “bem” no “nosso cantinho”. As alternativas, mesmo quando surgem, são nebulosas e quiméricas. Margens de possibilidade reduzidas e, sobretudo, uma cultura que fornece poderosos critérios implícitos e processos constrangedores da experiência equivalem à “auto-condenação” a um destino de classe (cf. Willis, 1978: 51; Bourdieu, 1974: 3-42). Nas narrativas operárias, a opção profissional surge como escolha “voluntária” tacitamente inscrita como “expectativas categóricas” – para usar a expressão de Kenneth Burke – nas estratégias que os agentes, as suas famílias e o grupo operário no seu conjunto projectam para o futuro. Como nos diz Isaías, maquinista de 21 anos, não só era preciso “fazer alguma coisa da vida, não podia estar parado”, como “queria ter a minha independência e ser alguém”. Esta coincidência da vocação e da avocação, da ambição individual e da atribuição estrutural, concorrem para tornar irrevogável a acção de um “efeito de destino” promovido pela inércia de relações de poder profundamente assimétricas. Para quem, como ele, “não podia estar a viver à custa de alguém”, o abandono da escola e a entrada num emprego desqualificado e mal remunerado no “serrim” surge como saída natural para que se “olha com olhos de [quem] sabe que aquilo é o futuro” – uma espécie de “profecia que se auto-cumpre” (Merton, 1970: 531). Re-interpretação esta que, reveladora da “penetração” cultural dos processos de reprodução social, faz surgir um aparente “sucesso subjectivo no interior de um fracasso objectivo que o engloba” (Willis, 1978: 61).

A cumplicidade entre operários vai-se progressivamente construindo em locais de sociabilidade e através de rituais similares (cf. Agulhon, 1988: 60-97), como o barbeiro, as noitadas – e a noite em geral –, os cafés e tascas, a equipa da bola, a tropa, mas sobretudo pela experiência comum das condições e dos condicionamentos associados à

posição social ocupada. A começar pela experiência do trabalho fabril¹ que fomenta ele próprio pontos de vista – na forma de “perspectivas” objectivamente fundadas e reciprocamente partilhadas sobre a realidade presente e futura (Lukács, 1966: 243-248) – que obedecem a uma lógica do provável e que emergem em resultado das potencialidades objectivamente inscritas num lugar de classe e, em particular, na fábrica como contexto de aprendizagem social (Pinto e Queiroz, 1990: 131-143).

O grupo de trabalho permanece um importante agregador positivo para os operários. Na fábrica, não obstante o controlo técnico e hierárquico, existem margens de manobra e interstícios onde germinam comportamentos que são sempre indissociavelmente de submissão, de resistência e de desafio, sem se reduzirem a nenhum desses termos (cf. Estanque, 2000). As “atitudes colectivas de desafio silencioso, de insubmissão aberta, de protecção larvar” apoiam-se nesse “reconhecimento recíproco”, numa “afinidade ética fundada numa história comum e numa comunidade de destino” (Pialoux, 1985: 111). Esta história em comum, inclusive fora da fábrica, é constantemente renovada através das “brincadeiras” e da troca de “favores”. As brincadeiras são um catalisador social, intensificando as trocas entre os agentes sociais e aproximando-os pela constituição de um património sociabilitário em comum. Longe de constituírem infantilidades, estas brincadeiras, apelidos, anedotas e “pegas” ajudam a matizar a monotonia do trabalho e a descomprimir tensões acumuladas e contribuem para corrigir condutas e posturas consideradas patéticas, como quando alguém “levou a mal” uma brincadeira e é gozado ou uma piada ajuda a desbloquear uma situação tensa. Ensinam, além disso, de forma descontraída, não formal e sobretudo não directamente conflitual, o lugar de cada um no espaço da fábrica, indicando o lugar e o “respeito” que merece e que deve usar com outros. Os “favores”, excluindo o cálculo mais abertamente económico, aproximam os trabalhadores entre eles e permitem-lhe negociar, com os encarregados, regalias pontuais.

Na aprendizagem reiterativa das oportunidades e das aspirações que, em cada socialização bem sucedida, faz os agentes sociais cúmplices do seu destino, unem-se injunções silenciosas do “sentido do seu lugar” às normalmente ruidosas “chamadas de

¹ “Tanto quanto uma relação com a matéria, o trabalho operário pressupõe uma relação colectiva, uma ciência da cooperação e da eficácia de grupo. Daí o culto da solidariedade, do auxílio mútuo, da camaradagem, base comum a todas as militâncias operárias e a muitos outros hábitos de classe. Jogo, festa, actividades paralelas: a linguagem operária caracteriza-se pela riqueza de léxicos profissionais assim como pela utilização extensiva de figuras e de metáforas relacionadas com o corpo, uma vez que quase não recorre ao eufemismo, que introduz uma forma de distância” (Pudal, 2004: p.601).

atenção” e “bocas” das chefias e dos colegas. Por força de uma “permanente e discreta disciplina”, o universo fabril promove e comprova, controla e legitima um *ethos* peculiar. Mais do que uma questão de “doutrina”, trata-se de uma “ética profissional” que é “o puro produto de uma adaptação” a um universo social, um conjunto de “consequências práticas” que envolve a qualificação para um “modo de vida” na forma de “vocalização”, a atribuição de uma “personalidade” pessoal e colectiva, e a aquisição de “prestígio” associada a um processo de “legitimação pessoal e social” (Weber, 1990: p202-214). Aqui, a disciplina é, como escrevia Mauss, decidida nesse “vaivém do colectivo para o individual” e o “espírito de disciplina” surge da “necessidade de acção em comum”. Por isso ela tem “como objectivo e efeito actos fundamentalmente espontâneos e colectivos ao mesmo tempo” (Mauss, 1999: 111, 109). A submissão a uma violência comum produz afinidades imediatas entre trajectórias biográficas socialmente aparentadas (Pialoux, 1984b: 58).

Convém, no entanto, não romantizar esta imagem. A convivência é imposta, estimulada e consolidada por condições de trabalho em que as tentativas de obstrução ou de esquiva às tarefas e cadências impostas pelo sistema técnico-organizacional e pela estrutura de poder têm de ser levadas a cabo na (semi-)clandestinidade e de forma “infrapolítica” (Hobsbawm, 1983: 28). As recriminações mútuas asseguram o funcionamento de um sistema de vigilância colectivo (em que a aproximação do encarregado era assinalada pela colocação de dois dedos sobre o ombro, indicando umas divisas imaginárias) e a manutenção de um “andamento” e de “aparências” que procuram reduzir ao máximo a intrusão “de cima”. Constituem “tácticas” para garantir a autonomia possível do chão da fábrica, quer dizer, uma “arte de fazer” disseminada por “operações multiformes e fragmentárias” que, sem rejeitarem o envolvimento em acções repetitivas, dinamizam processos de (re)apropriação feitos de usos e referências que não as dominantes (Certeau, 1975: 11). Assim se permitem momentos de relaxamento, para “estar no paleio” e “dar duas de letra”, e a apropriação do tempo, do material e do equipamento para trabalhos próprios.

Simpatias e aversões ficam bem patentes nas injúrias e nos elogios utilizados. Protesta-se contra quem “não percebe nada” mas “mete o nariz” ou o “bedelho” no nosso trabalho. Também se vilipendiam aqueles que “morrem por não fazer nada” e que “estão sempre a fugir ao trabalho”. O encarregado é “podre” (e até o seu automóvel preto é uma “carrinha funerária”), embora seja “bom rapaz” e “cá da nossa banda”.

Permeadas por “intrigas de exaltação” e de “acusação” (Elias e Scotson, 1994: 89-105), as interações operárias, sobretudo nos momentos de maior intensidade como as pausas, surgiam profundamente marcadas pelo “princípio material e corporal” que Mikhail Bakhtine identifica como estruturante da cultura popular (cf. Bakhtine, 1970). As “brincadeiras” e a “risota”, compostas de “cachaçadas”, anedotas “picantes” e de conversa em torno a essa trindade feita de “futebol, carros e mulheres”, como resumiu um operário, assumem frequentemente formas grotescas e viscerais, de intenções irónicas e simbolicamente subversivas, que se servem de duplos sentidos e da contrafacção do cânone patronal.

A masculinidade faz-se de “obrigações” que, com a convivência dos próprios homens, “saem do corpo” – ou então “do bolso – e os aproximam do “ridículo” na medida da “desproporção que há entre a sua pretensão autoritária e a sua impotência” (Adorno, 2001: 163). “Brincadeiras de homem são coices de cavalo”. Desafia-se e põe-se à prova a masculinidade em demonstrações dramatizadas de força que constituem provas, quer dizer, provações e avaliações, no pleno sentido da palavra. Impõe-se que se “pague uma rodada” – para não se ser “chulo” – independentemente do estado das finanças pessoais (e, por isso, há “aqueles que fogem quando chega o fim do mês”). Teatralizam-se as ameaças de violência física: dão-se encontrões, atiram-se pedaços de madeira, distribuem-se “cachaços”, repetem-se ameaças: “levas duas putas!”. Duvida-se da coragem, i. e., da virilidade de alguém: “vais-me bater?, tu e quem mais?”, “é só tesão de língua”, “nem homens, quanto mais cachopos”, “é só caroço”. Este gozo cruel tanto leva à proscricção pelo grupo daqueles “que não sabem brincar” ou que são “mete-nojo”, como, por outro lado, ao isolamento como forma de preservar o “sentido de si” face às constantes intrusões dos companheiros de trabalho (cf. Ludtke, 1996).

Artistas e moços. Abnegação e sacrificio no trabalho

A interiorização de uma disposição a ser, a ver e a fazer específica é condição e produto da entrada na fábrica. A propensão a assumir como destino ou como missão o trabalho fabril assenta num processo, anterior e exterior à experiência imediata do chão da fábrica, de fabricação da vocação. Por seu turno, as possibilidades e os constrangimentos associados à condição operária reforçam, inibem ou contradizem aspirações e o investimento em estratégias individuais e colectivas específicas,

antecipando e condicionando a plausibilidade, subjectiva e objectiva, dos projectos associados ao horizonte de relevância que a posição social permite perspectivar. Esta qualificação diferencial da condição de felicidade de diferentes acções e pensamentos esboça os contornos de uma “estrutura de sentimento” (cf. Williams, 1979: 130-137) e de sentido específica destes agentes.

Cada ofício compõe-se de “pretensões colectivas” a um juízo que contém, explícita ou implicitamente, referências a uma “arte”, um “culto” e um “ritual” (Hughes, 1981: 97). Isto envolve injectar na prática profissional quotidiana elementos de classificação estética da execução e apreciação dos “gestos” e dos “significados” do trabalho, sacralizar princípios normativos de comportamento e instaurar ritos de iniciação e de reparação da identidade do ofício enquanto labor e grupo. A definição e interpretação de cada um dos papéis surge na articulação entre “a concepção de si mesmo” e a “expectativa do mundo” social depositada nele (*ibid.*: 75, 65). Na medida em que surge concretizada por uma educação técnica e moral, implica também formular uma constelação de expectativas de acordo com os “interesses comuns”, com o “código informal” e com a “fraternidade interna” que caracterizam a “vida ocupacional” do grupo operário. As “regras específicas do jogo de uma ocupação” devem ser interpretadas como “tentativas quase instintivas do grupo” para lidar com as vicissitudes que enfrenta (*ibid.*: 106, 108).

Na empresa, sobre este pano de fundo partilhado, negocea-se o estabelecimento de uma hierarquia informal que, de um modo geral, divide os trabalhadores entre “artistas” e “moços”. O direito de nomeação é disputado e os critérios de decisão são elásticos, variando em função das definições alternativas presentes e do trabalho de negociação e consolidação da opinião interna ao grupo. O escalonamento formal, que se expressa na ocupação de postos hierárquicos e nas diferenças salariais, nem sempre é coincidente e é frequentemente contradito pela opinião colectiva respeitante ao valor artístico do trabalhador. Da mesma maneira, os critérios de distinção sobre o que é ou não um erro e um “falhanço” e de valorização (como a “sabedoria da marcenaria” feita com “segredos”, “truques e manhas” e, fundamentalmente, “gosto”) não são exactamente os mesmos para os patrões e entre colegas.

Juntamente ao “curso académico”, Zacarias nomeia um “curso na arte”. Ele constitui uma “carreira” onde se acumulam recursos, sobretudo e para não dizer exclusivamente, capitais de ordem técnica e de ordem simbólica, como a “habilidade” e

o prestígio, incorporados ao longo da trajetória como homem e como trabalhador. “Ganhar calo” e “ganhar corpo” traduzem bem o processo de aquisição e de acumulação característico do ofício. Mediante esta trajetória pessoal feita “carreira”, em que mecanismos objectivos e subjectivos participam na formação identitária, adquire-se senso de si mesmo e do respectivo lugar. A trajetória pessoal como perspectiva em movimento e como “estrutura de posições ocupadas em configurações diferentes” (Chamboredon, 1983: 22) deve, portanto, ser lida na sua inserção na estrutura institucional. Isto apesar de ser possível que surjam frequentes disparidades e conflitos entre a inserção estrutural “real” e a designação “virtual” que nos é imputada e que recolhemos em graus variáveis de coerção e de complacência (Goffman, 1982: 90).

Como haveria de escrever no meu caderno (1 de Março), “Jonas testa o rasgo que a tupia faz na peça. “Já viste? À primeira!” vangloria-se ele. Numa tarefa em que as décimas de milímetro são importantes, é de facto espantoso. Digo-lhe isso mesmo. “Ó, são muitos anos... É o calo. Veio de mim. Eu sempre quis aprender coisas novas. Há outras pessoas que não. Que ficam paradas toda a vida. Aprendem aquilo e ficam ali. Tu tens casos desses aqui na fábrica. [Olha para Tiago, marceneiro de 51 anos]. Ele não desenvolve, bloqueou.” Pergunto-lhe porque terá sucedido isso. “Foram muitos anos a fazer sempre o mesmo. Só fazia aquilo [faz o gesto de colocar as mãos de cada lado dos olhos, a imitar palas asininas]. E depois nunca teve o gosto de aprender. De ir vendo coisas novas, de procurar conhecer. Há aqui pessoas que gostam, que têm gosto no que fazem. Tão sempre a ver a maneira mais fácil para fazerem, tão sempre a inventar. Eu tou sempre a inventar coisas para fazer melhor o trabalho. E há outras pessoas que querem lá saber, ‘é sempre a andar, que se lixe’. Não têm gosto no trabalho, é sempre a correr”. Daí que uma condescendência patronal em relação a algumas destas práticas deva ser procurada na dificuldade de extirpar práticas devedoras de um impulso de manutenção e de aquisição de autonomia e, acima de tudo, no benefício indirecto que elas trazem em termos de manutenção da ordem produtiva.

Entendendo-se a profissão como técnica e como cultura, estes aspectos surgem, no indivíduo, na forma de traços pessoais. A iniciação implica a aquisição de princípios que permitem distinguir as subtilezas da obra “acabada”, do trabalho e do trabalhador. Soma-se a “uma lógica para fazer obra”, modos de distinguir e de classificar os operários (“há pormenores que não dizem nada para quem não é da arte, mas quem percebe vê logo, ‘aquele gajo é um sapateiro’”). A “quem souber apreciar trabalho bem feito” é dado

conhecer os “pormenores”, as “manhas” e os “segredos” envolvidos num trabalho difícil. Trabalho “bem feito” ou “bem acabado” é, finalmente, aquele “como deve ser”.

O sentido de decência, o orgulho e a honra, ou, pelo contrário, a indignidade, o ressentimento e o opróbrio demonstrados pessoalmente, através de actos e palavras, pelos agentes de um grupo profissional devem ser cotejados com a posição particular que eles ocupam na distribuição de recursos (como a antiguidade, posto de trabalho e lugar hierárquico, “artísticos”) no espaço social da fábrica. Significativa é também a etapa da trajectória biográfica (e especialmente profissional) a ser transposta, especialmente para agentes para os quais a falência ou depreciação técnico-profissionais equivalem à morte social. A inactividade a que são condenados aqueles que “sempre trabalharam” e que “só sabem trabalhar” coloca-os igualmente nessa situação indigna em que parecem tornar-se, embora contrafeitos, “malandros” ou “inúteis” – “como se eu não gostasse de trabalhar”. Os velhos “não aguentam estas horas todas”, “não se adaptam à formação”, “não têm pachorra para estas coisas”, quer dizer, não são convertíveis, são “casos perdidos”. Também aqui “o puro sincronismo” é “uma ilusão” (Tynianov e Jakobson, 1978: 174). A fábrica é dotada de uma história, ademais intersectada e cruzada por distintas trajectórias sociais. Com as transformações que afectaram o lugar relativo colectivamente partilhado pelo grupo operário na sua inserção na estrutura classista e na conjuntura sócio-económica global, são postas em causa as “condições de felicidade” (Goffman, 1983: 48) das palavras e práticas destes operários.

O “verdadeiro marceneiro”, como diz Zacarias, é aquele que tem “paixão” pela arte e que está habilitado a reconhecer o “valor” do trabalho. É ele o “artista. Ainda que, aqui, a devoção signifique, como para o misticismo católico, flagelar o corpo e a alma. A manifestação da “paixão pela arte” é a condição e a tradução da “ vaidade” e do “orgulho”, o “reconhecimento” de fazer “bem feito” e de “não ouvir piçadas”. “Já que não se herda dinheiro, nem casas, nem terrenos, herda-se a vontade de trabalhar”, diz Zacarias, marceneiro de 44 anos. Esta paixão permite contrariar ou minimizar a rarefeção de outros capitais e de ensaiar, na medida do possível, um trabalho sobre si mesmo que inverte simbolicamente a pura compulsão económica e restitui dignidade a um trabalho frequentemente imposto e duro (“têm mais gosto naquilo que fazem do que ambição de ganhar dinheiro”, diz o mesmo marceneiro). Esta prática de restituição permite conferir coerência e legitimidade ao trabalho industrial.

A noção de “gosto pela arte” eufemiza a violência que o trabalho representa e as contrapartidas frequentemente desproporcionadas recebidas em troca. Tal “sublimação”, como na lacaniana “supressão do significante”, ao afastar as angústias e incertezas originadas por condições de dominação e de exploração acentuadas promove a ascese e redenção dos agentes num ideal de integridade e desvia o conflito para o interior da esfera pessoal, exaurindo a arbitrariedade desta situação para imputá-la à ordem das coisas associada ao envolvimento no ofício. Auto-controlos como a vergonha em “falhar com os amigos”, o medo de conspurcação por “fazer merda” no trabalho, ou o “atrapalhamento”, na forma da inibição e inferioridade sentidas quando se tem que “falar com o patrão”, actuam para assegurar a inércia das relações de deferência. Como “normas sociais que nos dizem o que sentir, quando sentir, onde sentir”, estas “regras de sentimento” da fábrica estabelecem o “sentido de denominação ou obrigação” que governa as expressões “auto-induzidas” de aversão e de simpatia, de deferência e de desprezo, entre agentes sociais colocados em diferentes e desiguais estatutos sociais (Hochschild, 1983: 56). O embaraço serve como estabilizador da ordem social da fábrica.

Traduz-se, igualmente, na entrega a uma ética que exalta não ser preciso ser mandado. “Não preciso que ninguém me mande”; é-se alguém “bem mandado”, quer dizer, que aceita o compromisso do trabalho como “gosto de ser cumpridor”. “Ele tem uma coisa de bem, não fica à espera que o mandem fazer. Agarra-se ao que for preciso”. A “obrigação do saber” compõe uma espécie de *noblesse oblige*. Demonstra a relutância em resignar-se a um estado extremo de desposseção – escusamo-nos a receber as ordens de outrem, antecipando essas ordens e executando-as de forma a acautelar a heteronomia (“ninguém tem nada a apontar-me”). Neste curto-circuito preserva-se a autonomia, adquire-se “orgulho” e “ vaidade” pela obra feita “a tempo e horas” e sem “ninguém se zangar”.

Esta consignação equivale a uma penhora cuja contrapartida é esse ascendente que é “andar de cabeça erguida”, sem “ninguém me poder atirar nada à cara”. “Eu chego sempre a horas. É feio chegar atrasado. E os papéis falam por mim, tá lá, sempre a horas. Um homem deve ser assíduo, mais nada. Até podes tar sempre a horas e depois arranjar barulhos, mau ambiente. Podes atrasar o serviço. Mas cumprindo-o é outra coisa, até para nossa defesa. Qualquer coisa, também dizes logo, ‘Nunca falho, tá aqui a folha!’”. Estas palavras de Tobias vêm complementadas com essa declaração de decoro que é afirmar que é “um tipo sossegado, que se dá bem com toda a gente” e não se

“mete em politiquices”, isto é, em intrigas. A vaidade e o respeito em “cumprir com as obrigações” não isenta todavia de contradições a “entrega” à empresa.

Os patrões não querem saber se tu tiveres algum problema, só olham para o relógio, chegaste atrasado, não querem saber do problema que tu tiveste, não querem saber do problema que tiveste, pá, eles não querem saber disso, só querem saber que cumpriu o horário mais nada, não cumpriste o horário levaste castigo. Eu, pronto, no meu caso, como eu já te disse, não surge isso porque eu sou um empregado exemplar, pronto, mas posso, às vezes, chegar algum dia às oito e cinco ou o quê e levar assim um castigo. Se eu levar assim um castigo é logo para me chatear, não é? Porque eu sei que sou uma pessoa que cumprio o que é minha obrigação, todos dias, não há problema nenhum. Se me acontecer uma coisa dessas, digo assim [coloca um tom de indignação na voz]: “Ui, até agora fui sempre um empregado exemplar e por uma vez, ó o patrão não me dá valor”. É [que é] assim, eu gosto de cumprir... até nem é gosto, é vaidade. Tenho vaidade de chegar e dizer: eu sou uma pessoa exemplar. (...) Acho que valoriza muito o empregado, um empregado que não falhe, sempre o horário, tudo certinho a cumprir, à noite se o patrão precisar do empregado, um gajo ir, o patrão fica contente e depois tu se fores para outra empresa, eles vão-se informar sobre o empregado, “o empregado assim-assim é exemplar, sim senhora! é uma pessoa como deve ser, é um empregado de categoria!”, pronto, e valoriza o empregado, por isso eu tenho vaidade de cumprir o horário, eu gosto. Um bom trabalhador é assim, uma pessoa deve cumprir os horários, tanto o horário normal cumpri-lo a cem por cento, só se houver algum problema que tem que tem que ser resolvido [e] tem que se sair, pronto, se se tiver um problema tem que se sair, [como quando for preciso dar horas]. Segundo, tem que se criar bom ambiente na firma, não é como muitas pessoas que andam sempre a dizer mal deste, mal daquele, pronto, criam mau ambiente na firma, arranjam sempre problemas, não é para eles, arranjam problemas para os outros, diz que este disse aquilo, [que] aquele diz aquilo, depois as pessoas vão pedir satisfações umas às outras e ele fica de fora, e os outros é que ficam com os problemas, estás a perceber? Isso é essencial, criar bom ambiente na firma, não andar cá com contos e ditos, não andar a atirar nada aos colegas, nem bichas, muito menos topos, como já vi lá na fábrica, pá, isso é a coisa pior que pode haver, por exemplo, um colega chega à beira do outro, pá, dá-lhe assim uma sapatada nas costas, dá-lhe um empurrão, isso é mau. É mau porque é assim, tu dás uma sapatada, o outro para não ficar atrás dá-te uma também, e o outro para não ficar atrás já te vai dar uma mais pesada, o que é que acontece? Eles desentendem-se, desentendem-se e vão criar ali um problema, não é? porque vão ficar zangados, vão ser chamados a atenção pela empresa, não é? e ameaçados ser expulsos se voltar a acontecer, depois se voltar a acontecer com outra pessoa, quem já fez duas vezes é que é expulso, cometeu o segundo erro, mesmo que não tenha culpa, estás a ver? Isso é importante num empregado, pá, criar bom ambiente na firma e chegar a horas, o patrão precisando, “sim senhora” [assentimento], e depois claro tem que ter a sabedoria também de saber fazer. (Amós, 36 anos, marceneiro)

O “gosto” é uma noção de fronteira, uma “instituição de dupla face” (Bloch, 1961: 216). Por um lado, reveste o árduo trabalho quotidiano árduo com sentimentos de posse e de significado: “agora que estou ao banco gosto mais de lixar, porque sei que estou a lixar aquilo que é meu, sei que estou a lixar a obra que é minha, estou a pensar “estou a lixar mas daqui a um bocadinho vou colar isto”, agora na colagem não, estava a

lixar, andava a romper os dedos para os outros colarem” (Sofonias, 17 anos, marceneiro). E sanciona os trabalhos executados sob essa influência benéfica (“trabalhar com gosto não cansa”). Por outro lado, opera uma transferência simbólica que transmuta a exploração e a dominação fabril em termos de sacrifício e de abnegação indispensáveis ao ofício de trabalhador e de homem. “Trabalha p’rá frente p’a seres alguém na vida.”

O desgosto é componente indissociável do trabalho, especialmente decorrente do esvaziamento sociabilitário da fábrica e da rarefacção do conteúdo extra-económico das relações entre patrões e operários. “Naquela época dava gosto trabalhar, dia e noite se fosse preciso”; agora, “não dá gosto nenhum” trabalhar agora na fábrica. O distanciamento face ao trabalho delimita uma separação estanque entre “casa” e “trabalho” (“quando saio do trabalho, procuro até nem me lembrar que trabalhei”, diz Jeremias, 51 anos, maquinista). Em casa, é-se “outra pessoa”. O toque que assinalava cada intervalo – eram três durante o dia, às 10h, às 16h e às 18h, todos de 12 minutos – era saudado ostensivamente. Constituíam uma “hora sagrada”, um tempo de negação do constrangimento, com a recusa absoluta de “passar bola” ao encarregado, e de afirmação colectiva, em que se comia em conjunto e se partilhava, em especial aos sábados, uma garrafa de vinho. Mesmo durante a jornada de trabalho era possível “mandar foder baixinho o chefe”, ignorando as ordens que não fossem explícitas ou simulando ignorância para justificar atrasos. Com frequência, “andava-se a coçá-los”, “fazendo que se trabalha” e estendendo as tarefas para lá da sua duração normal ou adiando-as indefinidamente com o pretexto de se ocupar de minudências, numa espécie de excesso de zelo pela limpeza das máquinas e do espaço de trabalho por exemplo.

A invocação ambivalente do trabalho, simultaneamente como tarefa remidora e coerção, conduz a enunciações paradoxais. “Vergar o fio” (por oposição a “andar ao alto”) traduz precisamente isso: a aquisição e exaltação de virtudes pela sujeição ao poder “de quem manda”. Trabalha-se “para se ser alguém”. O trabalho – e o gosto do trabalho – está sempre no limiar de se reverter em desgosto, em desgraça. Modo de afirmação masculina, lugar de investimentos afectivos e fonte – frequentemente exclusiva – de rendimentos económicos e gratificações simbólicas, o trabalho comporta um sentido negativo (por exemplo, “meter-se em trabalhos” é arranjar problemas) e um elevado dízimo. “Chegou a haver alturas em que eu perguntava, “mas porque é que eu não escolhi outra arte?””, confessava Oseias, marceneiro de 32 anos.

A ligação entre o lugar na organização social, o desempenho profissional individual e o estado emocional parece encontrar um eixo de articulação nas antinomias do trabalho (Whyte, 1993: 265-266). A pressão dos prazos e a necessidade de mobilizar permanentemente um grupo de trabalhadores, recorrendo da persuasão à ameaça, associadas a uma relação tensa com a gerência, coincidiu com o período em que o encarregado da secção de produção começou a ter pesadelos e a “falar” enquanto dormia, a ter distúrbios alimentares repentinos e a adquirir tiques nervosos. A incerteza objectiva, como a desvalorização e a precarização do trabalho e do emprego, assume potencialmente expressões subjectivas na forma de “angústia existencial” (“agora não dão valor a um homem”, “parece que não sirvo pa nada”, “não há respeito”) e de “ansiedade epistémica” (Ashforth, 2005: xiii-xvi). Como diz Oseias, marceneiro de 32 anos, “O que [temo que] possa acontecer no trabalho? A coisa que eu menos quero é vir-me embora do trabalho, não é? De repente as coisas podem estar bem, mas podem virar e... um gajo fica sem chão debaixo dos pés, é a única coisa que eu tenho...”. A precarização objectiva das condições materiais de existência metamorfoseada em fracassos e dilemas pessoais explica a fetichização do poder de forças invisíveis, como quando a “crise” passa a funcionar como “operador prático-simbólico” na mundivisão operária (cf. Pereira, 1999).

Todavia, desloca um repertório de definições dolorosas: “dobrar a espinha”, “foder o cabedal”, “andar a arranhar”, “rebentar” ou “suar” a trabalhar. Trata-se de um estoicismo nada elegante perante a dor, uma espécie de altivez perante a verdade incontornável de que o trabalho “sai do corpo”, e não de uma qualquer variante de masoquismo. Quando retirei do dedo uma farpa de alguns milímetros, e uma mulher “dos acabamentos” me colocou uma liga, quase toda a gente encontrou nisso um motivo de riso: “o rapaz até tá branco!”, “vai p’ró seguro”, “vai ter ir à clínica”, “vai sair por aí a tripa grossa”. Cada uma destas expressões altamente convencionalizadas – eram repetidas mais ou menos as mesmas sempre que algo similar acontecia – eram exorcismos para essa ameaça latente do acidente de trabalho. O sarcasmo executava a sua função de demarcação face à realidade e de neutralização do presente à custa da ridicularização pelo exagero ou pelo desdém (“isso é uma cagadela de mosca”). “Nem nos passa pela cabeça isso” (Zacarias, 44 anos, maquinista); pensar no acidente seria “aleijar-nos mais rápido”. Há quem “facilite”, se “ponha com aventuras” ou a “dormir”,

com (demasiada) “confiança”. Como se as vítimas propiciatórias fossem exclusivamente aquelas a serem negligentes.

A “nova obra” choca com a “lógica” de fazer as coisas “como de costume”. Ao descartarem modos de fazer e de apreciar que se tornaram subitamente caducos (simplificando as tarefas, desconjuntando e delegando outras, como a seleção das matérias-primas ou a concepção do móvel, que passa a ser feita em gabinetes externos), os procedimentos racionalizados (fichas de produção que enumeram os componentes, medidas e tempos) e os materiais e equipamentos tecnológicos usados (aglomerados aplicados “em linhas direitas”, novas máquinas), entram em choque com os procedimentos inculcados nos operários ao longo do tempo e fazem apelo a outras qualidades, além de terem conduzido à fragilização do controlo do saber pelos operários. Como dizia Amós, “(11h) “Há um ditado antigo que já dizia o meu mestre e o mestre dele a ele, ‘A ferramenta é meio artista’. É ou não é, Tobias?” Do seu banco, à distância de 2 metros, este diz: “Isto agora nem tanto, que a ferramenta não tem o mesmo uso.” Amós concorda: “É. Eu até pergunto, mas para que é que eu andei a aprender tantas coisas?””. A convicção de que o trabalho “bem feito” e “feito com gosto” se mostra incompatível com as regulamentações determinadas por um regime fabril em transformação, nem por isso deixa de ser matizado por um realismo. “Amós lamenta-se de vir mais uma peça desnivelada. “Mais uma... Esta vai assim. Eu também tenho que comer. A realidade é essa, eu tenho que comer.” Põe um ar contrido”.

A caducidade parcial mas súbita da compreensão artesanal não deixa portanto de acarretar um estupor perante uma realidade que se move noutra sentido ou a outra velocidade. O drama é tanto maior quanto emerge, para muitos, o fantasma da impossível reconversão. Certo dia, o gerente fala-me sobre uma multiplicidade de mudanças que atingiu a fábrica nos últimos anos. Antes, para trabalhar em algumas máquinas, como o tupiador, era necessário “um bom maquinista” para “segurar bem a peça, abrir o rasgo certinho, sem ela fugir”. Agora, com a CNC, uma máquina de controlo numérico, “pões tudo no computador, as peças em cima da máquina e até podes esperar de braços cruzados que ela faça tudo; não tem nada que saber”. Os próprios marceneiros, que requeriam “cinco, quatro ou dois anos para aprender, dependendo da habilidade de cada um”, não precisam que “mais que meio ano”. Agora que “o trabalho é um lego”, são mais “montadores de móveis”.

O marceneiro “limpo” é aquele de “primeira categoria”. A vinculação ao trabalho é parcialmente promovida na base desse pré-acordo em relação às categorias fundamentais de “pureza” e “poluição”: “fazer merda” ou “borrar-se” equivale a cometer um erro no trabalho ou a acobardar-se; da mesma forma é-se “badalhoco” no trabalho e “de língua”. Há o trabalho “limpo”, ou seja, aquele que fazemos de forma precisa e “sem consumições na cabeça”. Tal como é possível “lavar as mãos”, afastando a responsabilidade como se afasta uma nódoa. Como salienta Mary Douglas, a função das crenças de poluição é “estabelecer definições” (cf. Douglas, 1993). O que parece constituir uma zona de completa ambiguidade ou indeterminação pode assim adquirir contornos nítidos para os agentes nela inseridos (mesmo que não se enquadrem nos esquemas analíticos importados pelos investigadores), constituindo uma “estratégia de identidade” em que as “regras de evitamento de poluição” demarcam quem é “a gente da nossa categoria” e quem não é.

“O paleio dele [de João, gerente] é sempre o mesmo: ‘esforço!, esforço!’. Mas o ‘esforço’ é filho da puta, é ‘trabalha p’rà frente’.” – Daniel exasperava-se por só muito dificilmente estar a cumprir com os prazos da obra”. Há momentos em que se abrem fissuras neste consenso e parecem assomar no discurso as contrariedades e a iniquidade desta entrega ao trabalho. Num “lanche” às 10h, Eliseu acabaria por dizer, ““Mas quem é que gosta de trabalhar? Ninguém!” Amós parece concordar com ele: “Se não fosse pela necessidade ninguém trabalhava...””. Esta indignação faz-se de mãos crispadas e punhos fechados ameaçadores, de berros ou conversas ciciadas conspirativamente durante o lanche ou à mesa do café. Noutros momentos, é o riso, pela auto-derrisão, ou a ironia que denunciam esta mesma circunstância – a “nós” que somos os “galegos”, os “pretos”, os “mouros” ou os “escravos” do trabalho resta-nos “rir pa não chorar”. O realismo – não esclarecido – na avaliação da correlação de forças implica que as expressões quotidianas do conflito no chão da fábrica cubram uma diversidade de situações que vai da acomodação, mais ou menos contrafeita, a uma violência exacerbada embora pontual e subterrânea.

Os qualificativos associados à tríade homens, bestas e máquinas constituem “vocabulários de motivos” (Gerth e Mills, 1984: 120-135) que expressam algumas das ambiguidades envolvidas no trabalho fabril. A uma mesma palavra associam-se usos diferentes, até opostos, conforme ele veicula a concordância íntima com as condições de trabalho ou então a denúncia de desumanidade e a reivindicação de dignidade como

“gente”. Cada uma delas é utilizada como figura exemplar e instância que ilustra e organiza de modo metafórico o sentido das relações com o trabalho, com os colegas e com as chefias, isto é, as relações sociais na fábrica tendo por referência o próprio corpo. Podem assim actuar para conferir contornos à revolta (como no caso dos insultos pessoalizados) e para re-injectarem o quotidiano fabril com noções de heroísmo ou, então, para revelarem o sentimento de indignidade experimentado e para sancionarem a “tese do mundo” tido por garantido que transporta consigo o princípio da exploração e dominação da condição operária.

A *hexis* social funda todo um sistema de oposições entre posturas físicas e atitudes morais: “andar ao alto”/”dobrar o fio”, “tar sentado”/”aguentar-se de pé”, “dar a cara”/”dar o cu”, “andar de cabeça levantada”/”com os cornos no chão”. “Os rituais agem sobre o corpo político pelo meio termo simbólico do corpo físico” (Douglas, 1991: 152). A exortação do corpo bestializado compreende a valorização das dimensões de força e de tamanho no capital corporal, como em ter um “grande cabedal” ou “capado”, ser um “cavalo de força”, ser um “touro”. Pejorativamente, pode expor e sublinhar a dimensão bestializadora do trabalho penoso e da exploração na fábrica. “Foder o cabedal”, “andar a arranhar”, “levar no lombo” ou no “couro”, “somos burros de carga” ou “camelos”, são expressões que traduzem essa indignação. Constituem todo um “idioma de exploração corporal” (Wacquant, 2001: 182).

A reivindicação de humanidade apoia-se assim no contraste com as bestas e as máquinas. As pessoas “não são feitas de ferro”, são “de carne e osso como eles [patrões]”. “As pessoas, acho que o próprio nome diz tudo, são pessoas não são máquinas” (Daniel, 24 anos, encarregado). Apesar de, às vezes, se insinuar um outro tipo de discurso que recorre aos mesmos motivos para fazer a auto-promoção das capacidades técnicas – “sou um computador”, “sou uma máquina”. A resistência a esse proxenetismo patronal, em que os patrões são “chulos” e “um gajo vende-se” – podendo ser uma “puta” quem está sempre de “pernas abertas pó patrão” – encontra aqui fórmulas de expressar a indignação e o ressentimento colectivos. São vocabulários que contribuem para dinamizar a acção que visa reconquistar a dignidade que a fábrica parece frequentemente ameaçar, e para, inintencionalmente, realizar uma concertação fundamentalmente prática, e não somente discursiva, no entendimento das condições materiais partilhadas da existência fabril. “É muita vaidade e pouco respeito pelo operário”. Reconciliam-se os trabalhadores com o mundo da fábrica, na medida em que

estes discursos permitem readquirir ou construir um “sentido de integridade pessoal ou profissional” (*ibid.*: 186).

É esta “cumplicidade ontológica” entre a “história incorporada” e a “história objectivada” que funda “a relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, [como] uma relação de pertença e posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (Bourdieu, 1989: 83). Esta coincidência mútua de dois passados explica o doutra maneira paradoxal “processo de *investimento* que leva os trabalhadores a contribuírem para a sua própria exploração pelo próprio esforço para se apropriarem do seu trabalho e das suas condições de trabalho e que os faz apegarem-se ao seu ofício (em todos os sentidos do termo) por intermédio das próprias liberdades” (*ibid.*: 97). Professar a profissão é também participar de um trabalho de conversão e adoptar insensivelmente uma “atitude natural” perante uma “tese do mundo” que veicula tacitamente a crença na anterioridade, exterioridade e irrefutabilidade dessa “ordem das coisas” (cf. Husserl, 1964).

O jeito, a pranta e a fama, ou o trabalho metido na carne

Neste micro-universo social, em que cada um é promotor e autenticador da vigilância de si mesmo e dos outros no exercício material e simbólico do trabalho, a fábrica é um terreno do jogo onde se demonstra e sanciona o valor artístico, simultaneamente feito de perícia técnica e de atributos morais.² Submetido às vicissitudes do trabalho fabril, isto é, ao controlo dos dispositivos técnicos, e atravessado pelas relações de força entre posições sociais não-simétricas, há um jogo social que é re-feito diariamente e que assenta num sistema simbólico partilhado – isto é, num senso comum de fábrica. A determinação do lugar, sempre provisório, que ocupa cada agente social neste campo do prestígio e da honra profissionais é concretizada entre um trabalho de investidura, de atribuição e ratificação colectivas de uma definição de si, e um trabalho de investimento na via dolorosa da consagração. A consequência deste envolvimento é a tácita adesão a um “sistema de experiências garantidas” (Schutz, 1962: 228). A posse de um determinado estatuto social de “conformidade” ou de “desvio” deve ser lida na

² Servimo-nos da dualidade “*rule creator*”/”*rule enforcer*” (Becker, 1973: 246, 162).

“simultaneidade”, como posição numa determinada estrutura de distribuição de recursos, e ainda “sequencialmente” como trajetória, no enquadramento de uma determinada “subcultura”, isto é, “um conjunto de perspectivas e de entendimentos sobre o que é o mundo e como lidar com ele, e um conjunto de actividades de rotina baseadas nessas perspectivas” (Becker, 1973: 21, 37). A conexão destas duas dimensões permite a concretização de estratégias de mobilização pessoal e colectiva para jogar de forma a maximizar os resultados das partidas ou modificar a posição relativa ocupada ou, inclusive, para subverter as próprias regras do jogo.

As designações de “burro”, “carreção”, “serviçal” ou, mais geralmente, “moço” são epítetos que recebe o portador de uma “fama” negativa, que deve ser tanto mais evitada quanto a contratação, em boa medida, se suporta nela e nos seus espaços de circulação, como os cafés ou as redes de interconhecimento. Não é dissociável do capital social, dos “conhecimentos”, aqui nesse segundo sentido de conhecer alguém. “Fizemos a tropa juntos”, “andou comigo a aprender a arte”, “paramos lá nas tasca dos dois”, “já o conhecia dos tempos de escola”, as relações de vizinhança e familiares, todos eles constituem, ao mesmo tempo, espaços e recursos onde e com os quais se operacionalizam estratégias cujo sentido e fins, apesar de não necessariamente conscientes ou “racionais”, não deixam por isso de ser adequados à situação objectiva dos agentes. Muitas vezes entendidos como exactamente inversos à cotação na hierarquia indígena do saber-fazer, os títulos académicos constituíram-se entretanto em hierarquia alternativa que, em parte pelo surgimento de novas ocupações e de novos requisitos – os “perfis” oficiais – e em parte pela adopção de procedimentos mais formalizados de contratação – currículos escritos e entrevistas formalizadas – alcançam uma cada vez maior difusão.

Por outro lado, a “fama” não é a simples posse de um prestígio desligado dos requisitos de capacidade oficial e da dimensão colectiva da sua autenticação. A entronização como “artista” – de que a nomeação, o acto de receber juntamente um nome e uma autoridade, será o mais importante – constitui uma variante de “regime de acção”, em que é a própria disputa pela aquisição e pela ratificação desse valor, mediante esse prestar “provas de grandeza”, que funda os resultados nele produzidos e o consenso relativamente aos seus fundamentos (cf. Thévenot, 2006). A esta “economia da grandeza” corresponde um trabalho de reconhecimento, simultaneamente técnico e moral, feito de “compromissos” e de “denúncias” das práticas dos agentes sociais. Para

o próprio empregador, se um trabalhador deve ser “assíduo, respeitador, amigo e que seja bom naquilo que faz”, então conta muito conhecer “onde trabalhou, quanto é que ganhava, o que fazia”. Evidentemente, se esta carreira “for em fábricas que tenham um bom nome, e se essa pessoa ficou lá durante muitos anos, é porque tem algum conhecimento [técnico], tem algum valor” (Daniel, 24 anos, encarregado).

O “jeito” e a “pranta” designam um modo de fazer e um modo de estar cujos princípios estão essencialmente vinculados ao corpo, sendo aí que se depositam e a partir dele que se materializam, e estreitamente associados a processos colectivos de transmissão, inculcação e sanção das capacidades. A intransigência operária na conservação da autonomia, principalmente no momento de delegar e de ratificar os esquemas corporais autênticos, vai sendo submetida ao proselitismo gestor que pretende, para os seus “colaboradores”, novas maneiras de se apresentarem e estarem na fábrica e novos modos de trabalhar. Vinculados ao corpo porque é aí que a competência oficial se sedimenta – “tenho umas mãozinhas!”, “a mão do artista não falha!” –, transmitida e conservada pela oralidade mas sobretudo por uma educação mimética (“faz como eu”, “não faças assim... faz antes desta maneira”, “vê primeiro como eu faço”). Na fábrica, Jonas assume-se como depositário de saber que distribui e recebe “benesses”: “Aprende que eu não duro sempre”. É que o corpo é portador de uma memória – no caso destes operários, uma memória que se encontra profundamente vinculada à sua corporeidade e que é, por isso mesmo, contingente e perecível. Por isso se pode ter um corpo “esquecido”, com um membro inutilizado por exemplo.

O “jeito” surge como técnica, ou seja, como “acto tradicional eficaz” (Maus, 1973: 371). As técnicas do corpo enquanto expressão da “razão prática colectiva e individual” têm a sua aquisição e actualização, esta última como “idiosincrasia social” individualizada, relacionadas com um processo de inculcação “pela e para a autoridade social” (*ibid.*: 369, 384, 385). Na fábrica, as “mãos” são o símbolo da responsabilidade (“isso está de minhas mãos”), a marca, em todos os sentidos da palavra, da experiência (“ter calo”, “ter unhas”) e expressão de distinção (“até parece que têm olhos”, “isto é que são mãos de veludo” e, por outro lado, “ter as mãos cheias de dedos” e trabalhar “com mãos grossas.”). O “jeito” ocupa o lugar de operador simbólico-ideológico que organiza o trabalho de conhecimento e de reconhecimento, quer dizer, de separação e de unificação, de apreciação e de depreciação, de concordância e de discordância, de atracção e de repulsa, de correcção e de erro, dos agentes sociais envolvidos no trabalho

fabril. Implica toda uma economia corporal no que respeita às “leis” que explicam e regulam o seu comportamento. Daí que se fale em “apanhar o jeito” como se apanha uma doença, uma bebedeira, uma chuvada ou uma surra. É algo físico que contamina directamente o corpo e o encharca ou marca: “é assim que se faz até apanharem o jeito, depois fazes isto até de olhos fechados”.

Trabalhar “como deve ser” envolve a poupança e dosagem do corpo (“tens de procurar fazer sempre da maneira mais fácil”), submetido diariamente aos gastos, às perdas e à usura característicos do envelhecimento profissional, dos acidentes de trabalho e do cansaço. “No início via-me fodido para fazer mesas... Tenho de apanhar-lhe as manhas. São aqueles segredos que faz-te fazer as coisas mais bem feitas, mais rápido e sem tanto esforço”, resume Amós. Felizmente “o trabalho não é cego”, quer dizer, não é impossível de aprender. Por isso os que não aprendem são “mesmo tapadinhos”, parecem “cegos”, vêem “mal” e devem “abrir os olhos” ou as “pestanas”. Da mesma forma, “botar maus olhos à obra” é amaldiçoá-la, tal como “olhar de lado” para alguém é ameaçá-la e “deitar-lhe mau olhado” é desejar-lhe mal. A “pranta” tem que ver com as “formas de auto-apresentação” (cf. Goffman, 1993) e com as posturas corporais que são tidas como correctas e legítimas. “Vi logo que estavas a fazer mal.” Uma operação simples e banal como puxar uma placa está sujeita a essa apreciação (“não te ajeitas mesmo”), sendo-me dadas instruções precisas sobre como colocar cada membro e como colocar as costas.

O esforço de obter para si e para os seus o controlo dos processos e dos resultados do trabalho (aqui reduzido à apreciação da obra “bem acabada”, pois não se coloca a questão da propriedade do produto final) aflora nesta vinculação quase visceral ao trabalho. O homem extrai do trabalho o “comer” e a “força”, “ganha capado” e “mãos de artista”. Em troca, “dá à obra o ser” (equivale aqui ao aspecto), deixa lá o “suor”, “fode o cabedal”. Uma memória e um recurso a que recorremos e em que investimos, como um património incorporado (cf. Connerton, 1993), mas que está, contudo, submetido a um consumo, um desgaste e uma obsolescência correlativas do consumo de força de trabalho no processo de produção, da situação imediata das relações de força, da transformação nas posições relativas no espaço social e às mudanças tecnológicas no processo de trabalho.

Como assinala Marx, os próprios “sentidos físicos e intelectuais” são produto da transformação prática da realidade social e histórica.³ A “sensibilidade humana subjectiva” depende da dialéctica de objectivação da subjectividade e de subjectivação da objectividade inscrita no âmago da história (Marx, 1994: 81, 80). “Ter olho” e “ter mão” significam controlar e dominar uma técnica, ultrapassar a resistência dos materiais e do próprio corpo, ainda que para cumprir um trabalho superimposto e tornado mero “meio de vida”. O trabalho consiste na activação de um conjunto de disposições, adquiridas no essencial nos momentos extra-fabris do agente, como “senso prático” (Bourdieu, 1980: 97) que não é sujeito a uma formulação intencional dos agentes e que inclusive só assoma ao discurso explícito de forma metafórica. O “calo” traduz essa habituação ao ambiente fabril e a aquisição de um modo de ver, de ser e de fazer “como se fosse automático”. Trata-se dum género de situação que é “como se fosse eu a própria máquina” e como se “a minha cabeça não precisasse de pensar no que ia fazer”; “com o tempo”, diz-nos Isaías, “tu chegas lá, pegas e empurras, está feito”. Jonas, marceneiro de 47 anos, afirma que “não há explicações nenhuma disso”, que é algo “que não posso explicar”; simplesmente, “com o tempo”, a “prática” fica “gravada na memória das pessoas”.

Os “corpos de carne são portadores de história e vectores de saberes viscerais”. O trabalho fabril é um “ofício do corpo” caracterizado por uma “lógica social e sensual” (Wacquant, 2003: 171), suportada na capacidade física e mental dos trabalhadores. O processo de trabalho capitalista equivale a um regime de combustão de “trabalho vivo”, de “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos e mãos humanos” (Marx, 1990: 55). A definição de limites sobre a duração e a intensidade do trabalho faz parte desse trabalho de preservação do corpo próprio contra o patrão e contra a própria tentação de ganhar mais – o que implica, por exemplo, para os marceneiros, visar um objectivo “razoável” e ater-se a ele, sem “ser inocente” ou “tolo” a trabalhar, sem se “matar” e sem “pensar só em dinheiro”. Isto apesar de haver quem condene os seus colegas por “falta de ambição”. “Falta ambição aqui ao pessoal. Deixam-se estar. Eu não, sou ambicioso. Gosto sempre de fazer melhor, de ver até onde vou. Há outros que não,

³ “Todas as suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, observar, sentir, desejar, agir, amar –, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, como órgãos que são de forma directamente comunal são, na sua acção objectiva (a sua acção relativamente ao objecto), a apropriação desse objecto, a apropriação da realidade humana. A maneira pela qual eles reagem ao objecto é a confirmação da *realidade humana*. É a eficácia humana e o *sofrimento* do homem, pois o sofrimento considerado humanamente é uma fruição própria do homem” (Marx, 1994: 78).

começam a ver quanto vão tirar e chegando aquele tanto, ‘pronto, já chega’. O Abdias é assim. Trabalha, trabalha, trabalha, quando vê que tem 200, 200 e pouco [contos], é como se o mês acabasse, anda p’ali, pouco faz. Nota-se bem quando ele tem o mês ganho. Ganha aquele e pronto. Eu não, não sou como esses. Não é que seja ganante, tolo pelo dinheiro, é mais... É mais p’ra dizer ‘sou capaz’. Faço tanto num mês, não é, e depois vejo se no outro dá p’ra passar. Percebes? Gosto disto. Agora o Abdias e outros, muitos, não percebo, têm filhos e tudo e chega-lhe aquele... Podiam pensar em ter mais, em querer evoluir, mas não”. De Tobias, a quem pertencem estas palavras, dizia-se a meia-voz, ser “um bocado escova”.

O corpo é o nexa central a ser disputado na fábrica. Entre preservação e exploração das suas capacidades e entre a autonomia e dominação dos usos, é sobre ele que assenta o processo de objectivação sujeito a exploração capitalista – no qual as coisas são “lambidas pelo fogo do trabalho” vivo (Marx, 1990: 214) – e incidem os mecanismos de controlo que todo o regime de fábrica mobiliza. A sua (sobre)exploração motiva indignação logo que se transcendam os limites consuetudinária e colectivamente traçados. “Não é só bota prá frente. É preciso ter tudo organizado. Há desses patrões só dizem ‘andar! andar!’, não percebem nada, são marretas. Que importa se só sai merda depois?”. O corpo é disputado entre os operários, os seus detentores biológicos, e aqueles a quem estes o alugaram durante o período de trabalho, os patrões. É aí submetido a uma tarefa de educação e de vigilância permanente, através da regularidade técnica imposta pelas máquinas, da organização do trabalho e da civilidade preconizada pela ordem hierárquica.

A “puta da vida” na fábrica organiza materialmente as condições da sua irrefutabilidade simbólica. É “a materialidade do poder exercendo-se sobre o próprio corpo dos indivíduos” que cria o “corpo social” (Foucault, 1990: 85), quer dizer, os modos de fazer, os ritmos e as interacções interpessoais reconhecidos como legítimos pelas instâncias dominantes na fábrica e que elas se encarregam de vigiar a aplicação e sancionar os desvios à ordem imprimem-se directamente na pele dos operários. “Nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (*ibid.*: 88). Não obstante, está presente todo um trabalho de “domesticação”, característico dessas “formas de dominação quotidiana” em que pontua uma “autoridade” reconhecida, em que se substitui o arbitrário destas condições sociais pela adesão a uma *fides implicita* (Weber, 1983: 696, 699).

Tão fortemente indexada às capacidades fisiológicas, a capacidade de trabalhar oscila de acordo com a “cabeça” (“não ter cabeça” é não estar disponível, não ter paciência ou não ter juízo) e o grau de desgaste do corpo (que deve estar “fresco”). A experiência fabril impõe-se ao trabalhador “fazendo-o pagar com os sofrimentos dos seus cinco sentidos simultaneamente” (Marx, 1992: 137). A usura no trabalho assume proporções acrescidas num meio em que o envelhecimento prematuro, os acidentes e as doenças de trabalho são frequentes.⁴ “Não me passa pela cabeça, se eu vivesse a trabalhar com o sentido que me vou aleijar, então aleijava-me mais depressa” (Zacarias, 44 anos, maquinista). Ainda que na forma de “conhecimento venenoso” (Das, 1999: 32), isto é, como uma espécie de “(in)consciente colectivo” reprimido ou atenuado em relação aos riscos profissionais, a degradação progressiva ou súbita do capital corporal é um facto incontornável das trajectórias destes agentes (as vítimas são sempre incompetentes, por “falta de sorte” ou por “falta de cuidado”). Essa “indiferença agnóstica” apoia-se, portanto, num “exílio das palavras”, indisponíveis ou inacessíveis, senão sob certas condições, para referir a dor (*ibid.*: 38).

Fala-se em “poupar” o corpo; ter o corpo “gasto” ou “acabado” ou “partido”; ter “potência” ou “força”; em ele “dar (ou não) rendimento”. Adverte-se o colega sobre a exposição desmesurada ao risco: “já te avisei, só vais descansar quando foderes os dedos!”, “não te armes em fino, faz isso como deve ser”, “põe-te em aventuras que vês o que acontece”, “põe-te a toques”. A indicação “vê lá se fazes nisso como deve ser” traduz muito simplesmente o facto das “burrices” se pagarem habitualmente na hora e com o corpo. “Uma pessoa sente, sente o impacto deles [dos acidentes] dentro dela. Eu nessa altura [em que estropei um dedo; tem um outro amputado], sabes o que é que eu disse? ‘Porque é que eu escolhi esta arte?’. É nessas alturas que a gente pensa mais

⁴ Observando o *Inquérito de avaliação às condições de trabalho dos trabalhadores*, vemos que os trabalhadores do sector “madeira, cortiça e mobiliário” são aqueles que apresentam a mais elevada percentagem de acidentes com período de inactividade superior a 3 dias: 77,9% já sofreram, pelo menos uma vez, um acidente nessas circunstâncias. Não será surpreendente que se constatem neste sector índices acrescidos de exposição a factores de risco: 52,6% respira produtos tóxicos (a média global é de 23,8%); 45,4% pode ferir-se numa máquina (21,2%); 48,7% pode ferir-se numa ferramenta de trabalho (17,4% do total de trabalhadores); 16,1% pode ser atingido na queda de materiais (11,8%). Estão também muito expostos a movimentos e posturas fatigantes (valores superiores à média global para “muito tempo de pé”, “longas deslocações a pé”, “deslocar objectos pesados” e “posturas extenuantes”) e a ruídos penosos. O trabalho exige uma forte implicação do corpo: 59,4% é manual-artesanal (a média global é de 33,2%); 59,6% envolve articulação manual-máquinas (26,9%); a informática tem somente uma incidência de 11% (face a 38,9% globais) (2001: 55, 102, 43, 91, 77). A retradução palpável destes índices é a generalizada existência de histórias pessoais de acidentes e de dedos amputados (nos 12 entrevistados contabilizei, pelo menos, 14 dedos amputados), da presença constante de alguém de baixa ou prematuramente reformado à porta dos cafés.

nisso, mas depois tudo passa também. A nossa arte é assim mesmo, não temos... não temos mãos de doutor. É o mal desta arte, a gente tem muitos acidentes de trabalho. Mas também não é toda a gente, não é?, há muita gente que trabalha anos e anos e sem ter nada, pronto, não acontece a todos” (Zacarias, 44 anos, maquinista).

O capital corporal é imediatamente físico (“cabedal”, “capado”, “pujança”), mas também simbólico, associando-se a uma economia espartana de afrontamento e de virtuosidade. A precibilidade do corpo é interiorizada pelos trabalhadores e vivida angustiosamente – como aqueles que expressaram querer “ter tudo pago antes dos cinquenta”. Frequentemente, é acompanhada pela minimização dos danos (“não ligo”). No café, enquanto Jonas exibia o dedo recém amputado, Eliseu contava à face desse espectáculo: “Quando foi a primeira, eu fui tirar os pontos e até me apeteceu chorar. Não ter ali o meu dedo... Depois, com os outros dois [faz um gesto de desinteresse, sacudindo a mão, e coloca uma expressão de desdém na face], já nem liguei”.

Distintas veredas combinam-se para decidir do processo de autenticação como artista: a virtuosidade técnica e moral, pelo investimento pessoal na tarefa (o sacrifício, a abnegação, o gosto) e o comportamento face aos colegas e perante o patrão, sobretudo no respeito pela distância cerimonial e vinculação à disciplina colectiva. Trata-se de “uma sorrateira apropriação do possuidor pelo possuído” (Merleau-Ponty, 2003: 34) ocorrida no “mundo percebido” e “vivido” da fábrica. Um mundo que fazemos e que nos faz, na medida em que sempre “temos um corpo e uma história pessoal e colectiva” (*ibid.*: 52). Enfim, as estratégias de engrandecimento artístico orientam-se, em pleno jogo, pelo senso de aproximação a este arbitrário cultural de nobilitação profissional (que esboçamos na forma verbal que tomam, como “gosto” e como “jeito”/“pranta”). A produção do grande homem, que envolve conjuntamente auto- e hetero-produção, não constitui um processo unicamente simbólico, mas intensamente material e corporal: primeiro, do aspecto e da arrumação pessoal e do espaço de trabalho; segundo, da qualidade e da quantidade da obra produzida; terceiro, como qualquer transferência ou iniciação carismática, é sancionada e passível de ser transmitida, “ensinada”, dependendo da “categoria” do “mestre” e do “gosto” do aprendiz.

Conclusão

As relações entre “estrutura social” e “estrutura pessoal” (Elias, 1987: 86) trazem a marca do contexto em que é gerado e actualizado o encontro entre ambas. Cada formação social desenvolve “costumes, hábitos, formas de falar e de vestir e de se movimentar” (*ibid.*: 157) que a distingue de outras. Esses “estilos físicos e mentais”, essas “necessidades e ideais” trazem “a marca da sociedade” (*ibid.*: 110) em que emergem. Cada espaço de pertinência está dotado de princípios de divisão específicos e de agentes cujas propensões foram geradas de encontro a essa lógica. Por isso, estas categorias ajudam a esclarecer o sentido das práticas específicas de um determinado contexto se lidas na vinculação que mantêm com os agentes que as activam. Os termos como “jeito”, “pranta” e “fama” retraduzem as condições objectivas do exercício laboral. Servem também para conferir consistência e plausibilidade a uma vivência particular da realidade fabril. As taxionomias práticas que dividem os operários entre “artistas”, “moços” e “carreijões” actuam como princípios de hierarquização internos ao grupo operário. O senso comum da fábrica não é o fundo imutável da existência operária, mas um “sistema cultural” que apesar de “historicamente construído” está insensivelmente adstrito ao universo do inquestionado (Geertz, 1975: 8, 10).

Ao mesmo tempo, como vectores de interpretação e de justificação da acção, facilitam a comunicação e organizam a coesão do grupo operário, perante as ameaças de fragmentação e a heteronomia das apreciações patronais e académicas. Tomadas pelo valor facial, estas expressões parecem expressões menores ou mesmo folclóricas. Na medida em que “são reais nas suas consequências”, podem intervir decisivamente na moldagem da realidade e na confirmação tácita de um senso comum. O acordo ou o conflito de interpretações sobre o trabalho e as obras “bem feitas” e “feitas com gosto” encontram-se potencialmente inscritos na configuração das relações de força e na estrutura das posições assimétricas ocupadas no espaço social da fábrica. Cada agente ou grupo de agentes incorporou disposições homólogas ao lugar social ocupado. Por isso, a “polinomásia” da realidade social é reveladora das desigualdades contidas na estrutura de poder e indiciadora de “perspectivas” cujos princípios de visão e divisão estão associados a diferentes posições sociais (Spitzer, 1968: 135-187).

As alterações no valor conferido à “paixão pela arte” decorrem de alterações no exercício concreto do trabalho e na importância atribuída à fábrica e ao ofício nas trajectórias e nos horizontes operários. A desestruturação do ofício, a precarização da

posição operária dentro e fora da fábrica, as mutações nos processos de reprodução social da condição e identidade operárias (intimamente associadas a alterações nos processos de reprodução social e cultural dos futuros operários), ameaçam tornar obsoletas e supérfluas muitas das referências contidas no idioma que dava conta de tal experiência.⁵

⁵ A experiência fabril não é, bem entendido, a única e exclusiva instância de socialização do grupo operário, mas adquire foros de experiência crucial na configuração identitária individual e colectiva dos operários. A “eficácia da fábrica” como “espaço de socialização” é que faz com que “a ordem (global) capitalista se reproduz[a] sempre através de um trabalho de produção de conformismo perante a ordem (local) da fábrica” (Queiroz, 2005: 81). A “ligação vaga” (Goffman, 1999: 220) que a ordem interaccional mantém com as estruturas sociais explica que é na própria espessura quotidiana das vivências imediatas e concretas que se define parte dessa “experiência de vida total” (Thompson, 1984: 486) própria da classe operária. Como fenómeno histórico, que “unifica um certo número de eventos díspares e aparentemente sem ligação, tanto na matéria-prima da experiência e na consciência”, uma classe social “ocorre quando alguns homens, em resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses tanto entre eles, como contra outros homens cujos interesses são diferentes (e frequentemente opostos) aos seus”. Não esqueçamos, contudo, que esta fundação relacional “tem de estar sempre incorporada nas pessoas reais e num contexto real” (*ibid.*: 8-9).

Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor W. (2001), *Minima Moralia*. Lisboa: Edições 70.
- Agulhon, Maurice (1988), “Classe ouvrière et sociabilités avant 1848”, *Histoire vagabonde*, tome I. Paris: Éditions Gallimard, 60-97.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Ashforth, Adam (2005), *Witchcraft, Violence and Democracy in South Africa*. Chicago-London: University of Chicago Press.
- Bakhtine, Mikahil (1970), *L'oeuvre de Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*. Paris: Éditions Gallimard.
- Becker, Howard (1973), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press.
- Bloch, Marc (1961), *Les rois thaumaturges*. Paris: Armand Colin.
- Bourdieu, Pierre (1974), “Destin de classe e causalité du probable”, *Revue Française de Sociologie*, 15(1), 3-42.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le sens pratique*. Paris: Éditions du Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (1998), *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre; Saint-Martin, Monique de (1975), “Les catégories de l'entendement professoral”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1(3), 68-93.
- Certeau, Michel de (1975), *L'invention du quotidien – I/ Arts de faire*. Paris: Union Général d'Éditions.
- Chamboredon, Jean-Claude (1983), “Le temps de la biographie et le temps de l'histoire – remarques sur la periodisation a propos de deux études de cas”, in P. Fritsch (dir.), *Le sens de l'ordinaire*. Paris: Éditions du CNRS, 17-29.
- Connerton, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 2.^a edição.
- Corcuff, Philippe (1991), “Elements d'epistemologie ordinaire du syndicalisme”, *Revue Française de Science Politique*, 41(4), 515-536.
- Das, Veena (1999), “Fronteiras, violência e trabalho do tempo”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(40), 31-42.
- Douglas, Mary (1991), *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70.

- Douglas, Mary (1993), “La pureté du corps”, *Terrain*, 31, 12-23.
- Durkheim, Émile; Mauss, Marcel (2002), “De quelques formes primitives de classification”, *Les classiques des sciences sociales*, UQAC, documento em linha disponível em http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T7_formes_classification/formes_classification.html. Consultado em 8 de Dezembro de 2006. 46 pp.
- Elias, Norbert (1987), *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Elias, Norbert; Scotson, John (1994), *The Established and the Outsiders*. London: Sage Publications.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a fábrica e a comunidade: Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- Foucault, Michel (1990), *A microfísica do poder*, disponível em linha em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf>. Consultado em 18 de Outubro de 2006, 174pp.
- Geertz, Clifford (1975), “Common Sense as a Cultural System”, *The Antioch Review*, 33(1), 5-26.
- Gerth, Hans; Mills, Charles Wright (1984), *Caracter y estructura social*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Goffman, Erving (1982), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 4.ª edição.
- Goffman, Erving (1983), “Felicity’s Condition”, *The American Journal of Sociology*, 89(1), 1-53.
- Goffman, Erving (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Goffman, Erving (1999), *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Goody, Jack (1995), *Família e casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora.
- Hobsbawm, Eric (1983), *Rebeldes primitivos*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Hochschild, Arlie (1983), *The Managed Heart*. Berkeley: University of California Press.
- Hughes, Everett Cherington (1981), *Men and Their Work*. Westport, Conn.: Greenwood Press.
- Husserl, Edmund (1964), *The Paris Lectures*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Inquérito de avaliação das condições de trabalho dos trabalhadores* (2001), Lisboa, DETEFP, disponível em linha em www.dgeep.mtss.gov.pt/estatistica/condicoes/ct.pdf. Consultado em 12 de Novembro de 2006, 118pp.

- Katz, Jack (1988), *Seductions of Crime. Moral and Sensual Attractions of Doing Evil*. New York: Basic Books.
- Ludtke, Alf (1996), “Ouvriers, Eigensinn et politique dans l’Allemagne du XX. Siècle”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 113(1), 91-101.
- Lukács, Gyorgy (1966), “El problema de la perspectiva”, *Sociologia de la Literatura*, Madrid: Ediciones Peninsula, 243-248.
- Marx, Karl (1990), *O Capital*, Livro I, tomo 1. Lisboa: Editorial Avante!.
- Marx, Karl (1992), *O Capital*, Livro I, tomo 2. Lisboa: Editorial Avante!.
- Marx, Karl (1994), *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*. Lisboa: Editorial Avante!.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich (1975), *A sagrada família*. Lisboa: Editorial Presença.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich (1982), *A ideologia alemã, in Obras escolhidas*, volume I. Lisboa: Editorial Avante!.
- Mauss, Marcel (1973), “Les techniques du corps”, *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 5.^a edição.
- Mauss, Marcel (1999), “Fragmento de um plano de sociologia descritiva”, *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2.^a edição.
- Merleau-Ponty, Maurice (2003), *Palestras*. Lisboa: Edições 70.
- Merton, Robert K. (1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Mukarovsky, Jan (1997), *Escritos sobre estética e semiótica da arte*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Peirce, Charles Sanders (2003), *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 3.^a edição.
- Pereira, Virgílio Borges Pereira (1999), “Memória sobre o esquecimento do mundo”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, 141-167.
- Pialoux, Michel (1984a), “Chronique Peugeot (I)”, *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 52(1), 88-95.
- Pialoux, Michel (1984b), “Chronique Peugeot (II)”, *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 54(1), 57-69.
- Pialoux, Michel (1985), “Chronique Peugeot (III)”, *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 57(1), 108-128.
- Pinto, José Madureira; Queiroz, Cidália (1990), “Lugares de classe e contextos de aprendizagem social”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 8-9, 131-143.

- Pudal, Bernard (2004), “Politizações operárias e comunismo”, in Michel Dreyfus *et al.* (coord.), *O século dos comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias, 595-611.
- Queiroz, Maria Cidália (2005), *Classes, identidades e transformações sociais*. Porto: Campo das Letras.
- Sauvadet, Thomas (2006), “Les jeunes “de la cité”: comment forment-ils un groupe? Une analyse comparative entre trois terrains”, *Sócio-logos*, n.º1, disponível em linha em <<http://socio-logos.revues.org/document55.html>>. Consultado em 20 de Agosto de 2007.
- Schutz, Alfred (1962), “On Multiple Realities”, *Collected Papers*, vol. I. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Sewell, William (1982), *Work and Revolution in France*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sigaud, Lygia (2004), “Armadilhas da honra e do perdão: Usos sociais do direito na mata pernambucana”, *Mana*, 10(1), 131-163.
- Spitzer, Leo (1968), *Linguística e história literária*. Madrid: Editorial Gredos, 2.ª edição.
- Thévenot, Laurent (2006), *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éditions la Découverte.
- Thompson, Edward P. (1984), *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Tynianov, J.; Jakobson, R. (1978), “Os problemas dos estudos literários e linguísticos”, in T. Todorov (apres.), *Teoria da literatura*, volume I. Lisboa: Edições 70.
- Wacquant, Løic (2001), “Whores, Slaves and Stallions: Languages of Exploitation and Accommodation Among Boxers”, *Body and Society*, 23, 181-194.
- Wacquant, Løic (2002), *Corpo e alma – notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Wacquant, Løic (2003), “Chicago Fade”, *Quasimodo*, 7, 171-179.
- Weber, Max (1983), *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- Weber, Max (1990), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Whyte, William Foote (1993), *Street Corner Society. The Social Structure of an Italian Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 4.ª edição.
- Williams, Raymond (1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Willis, Paul (1978), “L’*école des ouvriers*”, *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 24(1), 50-61.

Willis, Paul (1979), “Shop-floor Culture, Masculinity and the Wage Form”, in John Clarke, Charles Crichton, Richard Johnson (orgs.), *Working Class Culture*. London: Hutchinson & Co.

Wittgenstein, Ludwig (1987), *Tratado lógico-filosófico. Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wittgenstein, Ludwig (2002), “Remarques sur Le Rameau d’Or de Frazer”, *Agone*, 16, 4-39.